

CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História
da Universidade de Lisboa

24

U

LISBOA

Centro
de História



MHNIN AEIDE ΘΕΑ ΠΗΛΗΙΑΔΕΩ

CADMO

REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA

CENTRO DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Editor Principal:

NUNO SIMÕES RODRIGUES

FICHA TÉCNICA

Editor Principal / Editor-in-chief: Nuno Simões Rodrigues

Editores Adjuntos / Co-editors: Amílcar Guerra; Luís Manuel de Araújo

Assistentes de Edição / Editorial Assistants: Catarina Almeida; Eduardo Ferreira; Maria Fernandes; Martin Aires Horta; Tiago de Oliveira Alves

Redacção / Redactorial Commitee: Luís Manuel de Araújo (Universidade de Lisboa); Telo Ferreira Canhão (Universidade de Lisboa); Amílcar Guerra (Universidade de Lisboa); Maria de Lurdes Palma (Universidade de Lisboa); Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa); José das Candeias Sales (Universidade Aberta); António Joaquim Ramos dos Santos (Universidade de Lisboa); Rogério Sousa (Instituto Superior de Ciências da Saúde); Ricardo Tavares (Universidade de Lisboa); Cláudia Teixeira (Universidade de Évora); Maria Ana Valdez (University of Massachusetts Lowell)

Comissão Científica / Editorial Board: Eva Cantarella (Università degli Studi di Milano); John J. Collins (Yale University); Monica Silveira Cyrino (University of New Mexico); Ken Dowden (University of Birmingham); José Ribeiro Ferreira (Universidade de Coimbra); Francolino Gonçalves (École Biblique et Archéologique Française de Jérusalem); Judith P. Hallett (University of Maryland); Lloyd Llewellyn-Jones (University of Edinburgh); Antonio Loprieno (Universität Basel); Josep Padró (Universitat Autònoma de Barcelona); Maria Cristina de Sousa Pimentel (Universidade de Lisboa); José Augusto Ramos (Universidade de Lisboa); José Manuel Roldán Hervás (Universidad Complutense de Madrid); Maria de Fátima Sousa e Silva (Universidade de Coimbra); Giulia Sissa (University of California, Los Angeles); Julio Trebolle (Universidad Complutense de Madrid); Juan Pablo Vita (Consejo Superior de Investigaciones Científicas)

Arbitragem científica para a presente edição / Peer-reviewers for the current edition: Alberto Bernabé (Universidad Complutense de Madrid); José Luis Brandão (Universidade de Coimbra); Maria Cecilia Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata); Jose Miguel Serrano Delgado (Universidad de Sevilla); Paula Barata Dias (Universidade de Coimbra); Radcliffe Edmonds III (Bryn Mawr College); Thomas J. Figueira (Rutgers University); Roxana Flammini (Pontificia Universidad Católica Argentina); Rodrigo Furtado (Universidade de Lisboa); Marta González González (Universidad de Málaga); Helen King (Open University); Delfim Leão (Universidade de Coimbra); Fábio de Souza Lessa (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Armando Martins (Universidade de Lisboa); Maria Cristina de Sousa Pimentel (Universidade de Lisboa); Ana Elías Pinheiro (Universidade de Coimbra); José Augusto Ramos (Universidade de Lisboa); Maria de Fátima Sousa e Silva (Universidade de Coimbra); Cláudia Teixeira (Universidade de Évora); Francisco Martín Valentín (Instituto de Estudios del Antiguo Egipto); Angélica Varandas (Universidade de Lisboa)

CADMO - Revista de História Antiga
Centro de História da Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa
cadmo.journal@letras.ulisboa.pt
<http://www.centrodehistoria-flul.com/cadmo.html>
<http://www.centrodehistoria-flul.com/cadmo-english.html>

Execução gráfica: Sersilito–Empresa Gráfica Lda.

Tiragem: 150 exemplares

Periodicidade: Revista Anual

Depósito Legal: n.º 54 530/92

ISSN: 0871-9527

Preço de venda ao público: €10.00

This work is funded by national funds by FCT – Foundation for Science and Technology under project UID/HIS/04311/2013



This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

SUMÁRIO

Estudos

<i>José das Candeias Sales</i> Serpentes na colecção egípcia do Museu Calouste Gulbenkian	9
<i>Maria Cecília Colombani</i> La relación saber-poder-verdad en los Antiguos	31
<i>Isaque Pereira de Carvalho Neto</i> Mistério e repetição no mito de Ísis e Osíris.	51
<i>Filipe do Carmo</i> As Tiránias Sicilianas do Início do século V a.C. Aspectos Ideológicos do Poder. Parte III- Hieron.	69
<i>Gustavo Garcia</i> “That sickly and sinister youth”. The first considerations of Syme on Octavian as a historical figure	87
<i>Carla Susana Vieira Gonçalves</i> Tácito e o capítulo 42 do <i>Agricola</i>	111
<i>Paula Barata Dias</i> A Serpente Tartaruga. O testemunho de <i>O Fisiólogo</i> acerca dos monstros marinhos e da baleia	123
Recensões	143

ESTUDOS

**AS TIRANIAS SICILIANAS DO INÍCIO DO SÉCULO V A.C.
ASPETOS IDEOLÓGICOS DO PODER. PARTE III – HÍERON**
**THE EARLY 5TH CENT. B.C. SICILIAN TYRANNIES.
IDEOLOGICAL ASPECTS OF POWER. PART III – HIERON***

FILIPE CARMO

Universidade de Lisboa
filcarm@gmail.com

Resumo: A tirania de Híeron, ocorrida num contexto mais estabilizado do que a do seu irmão Gélon e a de Hipócrates, é uma ocasião para colocar em questão a existência de regras de sucessão dinástica. É também um momento em que é posta à prova a celebração de alianças entre casas tirânicas através de casamentos em que a parte mais fraca dá uma filha como sinal de submissão ou de inferioridade. Híeron, por outro lado, reafirma o seu poder revelando pretensões monárquicas e socorrendo-se das soluções já antes experimentadas pelo seu irmão, nomeadamente recrutando mercenários, deslocando populações, refundando cidades. Recorre também ao canto do autor de epinícios, procurando para isso as vitórias hípicas, que obtém com alguma frequência nos jogos pan-helénicos. Não obstante, o respeito pelas instituições cívicas é uma constante, afirmado em particular nas dedicatórias aos santuários pan-helénicos, em que as fórmulas utilizadas referem como dedicadores os próprios cidadãos.

Palavras-chave: Alianças entre tiranos; sucessão dinástica; centralização do poder; jogos pan-helénicos.

Abstract: The tyranny of Hieron, which occurred in a more stabilized context than those of his brother Gelon and of Hippocrates, is an occasion to look at the existence of rules of dynastic succession. It is also a moment of test for the celebration of alliances between tyrannical houses through marriages in

* Submissão: 15/12/2014; aceitação: 19/05/2015.

Este texto constitui o elemento final do trabalho cuja publicação foi iniciada em 2012 (Parte I – A colonização grega da Sicília) e continuada em 2013 (Parte II – A rutura do final do período arcaico e a intervenção cartaginesa). Ver Bibliografia, Carmo (2012) e Carmo (2013).

which the weaker part gives a daughter as a sign of submission or inferiority. Hieron, on the other hand, reaffirms his power by displaying monarchical pretensions and reiterating solutions tried before by his brother, including recruiting mercenaries, displacing populations and refounding city-states. He also resorts to the praise of the epinician poet, seeking horse-race victories which he achieves with some frequency in the pan-Hellenic games. Nevertheless, respect for civic institutions is a constant, revealed in particular in the dedications in pan-Hellenic sanctuaries, where the used formulas refer the citizens themselves as dedicators.

Keywords: Alliances between tyrants; dynastic succession; power centralization; pan-Hellenic games.

Com a morte de Gélon em 478 a.C., sucedeu-lhe na tirania de Siracusa o seu irmão Híeron, tirano de Gela desde que Gélon havia trocado esta por aquela cidade. Híeron era provavelmente, dos quatro irmãos, o mais velho, o que alguns estudiosos inferem a partir do cargo de hierofante das deusas ctónicas em Gela, que era seu, e como o seu próprio nome parece indicar. Alguns estudiosos têm defendido a tese de que outro dos irmãos, Polizelo, tivesse na ocasião passado a deter a tirania de Gela, o que no entanto parece longe de estar confirmado¹.

De acordo com Diodoro², à morte de Gélon, Híeron herdou a sua *basileia* enquanto que Polizelo, segundo um fragmento timaico³, herdou a *strategia* e a mulher, Demarata, do seu irmão. Passando em claro as dúvidas que existem sobre o conteúdo deste último cargo assim como sobre o efetivo desempenho das funções correspondentes por parte de Polizelo, o que é certo é que este último se desentendeu com Híeron⁴ e acabou por procurar refúgio junto de Térón,

¹ Luraghi (1994) 322-324. Segundo Braccisi et Millino (2000) 82, a instalação de Polizelo em Gela teria apenas tido lugar, provavelmente, após o entendimento que se fez entre Térón e Híeron (ver páginas seguintes).

² D.S. 11.38.3.

³ Timae. *FHG* 566 F 93b (apud Luraghi (1994) 322).

⁴ O conflito entre Polizelo e Híeron terá sido precedido de um ataque de Anaxilas a Lócride (ou eventualmente dele contemporâneo, em princípio em 477 a.C., logo após a morte de Gélon e provavelmente visando aproveitar eventuais indefinições no lado siracusano), cidade que então solicitou ajuda ao tirano de Siracusa. Este intimou Anaxilas a depor as armas, o que este fez prontamente, certamente com a memória ainda fresca do poderio dinoménida demonstrado em Hímera. O ato de submissão do tirano de Messina foi sancionado simbolicamente através do casamento de uma sua filha com Híeron, ficando o reino do estreito ainda

tirano de Agrigento, pai de Demarata e portanto seu sogro. Téron era já também seu genro segundo algumas fontes, conforme acima referido, ou passou a sê-lo nesta altura, recebendo a filha de Polizelo em sinal de submissão e como pedido de ajuda. Polizelo, ou porque o testamento de Gélon assim o determinava expressamente, ou porque o seu casamento com Demarata o implicava, tornou-se tutor do filho menor de Gélon e, deste modo, o defensor de eventuais futuros direitos deste à tirania de Siracusa. Esta possibilidade, ou a própria ambição de Polizelo, que gozaria de muita popularidade em Siracusa, poderá ter estado na base do conflito entre os dois irmãos. De qualquer modo, as regras de sucessão dinástica, segundo alguns de irmão para irmão (o que poderia advir das regras adotadas para a hierofantia), mas provavelmente desejadas por Gélon de pai para filho (o que faria de Híeron um tirano-regente), dada a natureza não constitucional da tirania, só fariam sentido no círculo restrito das cortes quer de Gélon quer de Híeron. Dever-se-á ter presente que a própria pólis não poderia reconhecer tais regras⁵.

A interpretação do casamento como forma de celebração de alianças entre casas tirânicas, em que geralmente a parte mais fraca, a que procura ajuda ou proteção ou tem meramente que prestar «vasalagem», dá uma filha como sinal de submissão ou inferioridade, e a parte mais forte retribui precisamente com essa ajuda/proteção, é baseada por Luraghi nas considerações de Louis Gernet⁶ e ajusta-se claramente a três dos seis casos identificados neste período de tiranias: o casamento de Anaxilas e Cidipe e os de Híeron com as filhas de Anaxilas e de Xenócrates. Não se veem aliás neste comércio matrimonial, como o refere Gernet, problemas e soluções muito diferentes dos que se colocavam num sistema político fechado como era por exemplo o regime aristocrático dos Baquíadas de Corinto. Num

mais enfraquecido com a morte de Anaxilas no ano seguinte. Por outro lado, após a submissão de Anaxilas, Siracusa terá assinado um tratado de aliança com Lócride, movimento que já teria as suas raízes nos tempos de Gélon. Tratar-se-ia de um dos passos da crescente ingerência de Siracusa na Magna Grécia e, em particular, do seu expansionismo na área tirrénica (ver a esse respeito Braccesi et Millino (2000) 83-84).

⁵ Para mais detalhes, ver Luraghi (1994) 325-330. Em particular, no que respeita a autores modernos que defendem que as regras de sucessão seriam de irmão para irmão, Luraghi refere Van Compernelle (1959) 390 n.4 e Vallet (1980) 2150.

⁶ Gernet (1982) 229-249 (capítulo com o título «Mariages de Tyrans», extraído de Febvre (1954) 41-53).

regime como este, em que o privilégio político era objeto de alternância entre as duzentas famílias que o compunham, a endogamia de casta era uma prática corrente e exclusiva. A bondade de um tal sistema matrimonial para a casta terá sido aferida pelo episódio, narrado por Heródoto⁷, em que uma rapariga que não encontrou marido porque era coxa e se casou fora do círculo restrito acabou por dar origem, através do seu filho Cípselo, ao derrube do regime e à instauração da tirania em Corinto. Conforme refere Gernet, «na perspetiva da lenda [a tirania] só pode resultar de um casamento perturbador». Vemos aqui portanto uma associação entre rutura de sistema matrimonial e inovação política.

Também os tiranos da Sicília dispunham de um círculo, embora muito mais restrito, no interior do qual colocavam as suas filhas. E se a reciprocidade podia enfermar de algum desequilíbrio, tratar-se-ia sem dúvida de um mal menor, na maior parte dos casos, aliás, ditado pelas circunstâncias. Em dois dos outros três casamentos, o de Gélon com Demarata e o de Téron com a filha de Polizelo, as interpretações variam consoante as cronologias aceites, sendo a mais corrente a que coloca o primeiro num período anterior à batalha de Hímera e o segundo após a morte de Gélon quando há desentendimentos entre Polizelo e Híeron. Nesta conjunção de hipóteses o casamento de Gélon terá obedecido à regra referida, o que aparentemente não terá sucedido no que respeita ao de Téron com a filha de Polizelo visto a casa tirânica mais forte ser a dos Dinoménidas. Mas só aparentemente, dado que, argumentando-se que o sistema de ajuda/proteção funcionando por parte dos Dinoménidas entre indivíduos e não entre casas tirânicas e que a aproximação entre Polizelo e Téron tenha já sido parte do conflito que viria a opor aquele ao seu irmão Híeron, teríamos novamente reposta a situação da parte mais fraca a fornecer a esposa em troca de ajuda/proteção. Outra hipótese referida com frequência é a de os dois casamentos terem tido lugar simultaneamente, num período (487-485 a.C.) anterior à conquista de Hímera por Téron em que este tinha acabado de aceder à tirania, e em que Gélon ainda se defrontava com as dificuldades pós-sucessórias⁸. Nesta hipótese as duas casas visariam uma aliança em condições de igualdade, a qual seria sancionada pelo duplo vínculo matrimonial.

⁷ Hdt. 5.92.

⁸ É a opinião expressa em Sartori (1992) 87, que se apoia em Maddoli (1980) e cuja base cronológica não contradiz Van Compernelle (1992) 68-72.

Não sendo possível entrar demasiadamente nas complexas questões do casamento (e necessariamente da instituição familiar) na sociedade grega⁹, revelar-se-á contudo instrutivo avaliar uma situação em que já não é possível o comércio matrimonial, pelo menos nos termos até aqui referidos. Trata-se do caso (analisado por Gerret e por Vernant) de Dionísio o Antigo, tirano de Siracusa quase um século depois do período que nos ocupa. Dionísio tem duas filhas de uma das suas mulheres e um filho – Dionísio o Jovem, que lhe virá a suceder – da outra. Num mundo em que já não se encontram, como nos tempos de Gélon e Téron, superiores ou iguais (Dionísio é o único tirano da Sicília), e em que não há com quem estabelecer uma política de alianças, a alternativa é manter o bem precioso que é uma mulher no interior da própria casa tirânica. Dionísio casa o seu filho com uma das irmãs consanguíneas, Temperança de nome, e a outra, Virtude, com o tio, o seu próprio irmão. Morto este tio, Virtude irá casar outra vez com um tio, agora o irmão da sua mãe. Uma mulher é um bem precioso, entre outras razões que se podem vislumbrar, porque é portadora de uma legitimidade que a coloca na linha de sucessão. Este direito à sucessão, que é sempre indireto no caso do *oikos*, concretiza-se na falta de descendência masculina através do epiclerato (havendo uma filha, esta deve casar com o parente mais próximo, normalmente o tio paterno, para evitar a extinção da linha-

⁹ São séculos de evolução do direito familiar, desde o período arcaico ou mesmo homérico, em que predominam os ditames do clã, até um momento em que o Estado tem uma intervenção crescente nesse domínio, impondo novas regras. Desde o casamento nobre (visando estabelecer relações de poder ou de serviços mútuos) nos primeiros tempos, por exemplo, em que o homem, entre outras soluções, obtém a mulher dos seus pais contra uma prestação em princípio em cabeças de gado, até ao princípio da época clássica, com uma completa inversão (Vernant (1974) 64, texto inicialmente publicado em Vernant (1973)), em que o dote se torna uma peça essencial do sistema matrimonial. Essa inversão é motivada pela necessidade de perpetuar o *oikos*, componente essencial da *polis*, política que na Atenas de Péricles conduz a restringir a condição de cidadão apenas àqueles em que ambos os pais são atenienses (Vernant refere: «... le mariage étant conçu, dans le cadre de la cité, comme le moyen d'assurer à une maison une descendance légitime, de faire que le père se prolonge en un fils 'pareil à lui'... la cité [cherchant] à maintenir à travers la suite des générations la permanence de ses structures et de sa forme.»). O dote deve ser entendido num contexto de competição pela colocação de jovens raparigas cuja idade média de casamento rondava os dezoito anos junto de potenciais esposos que teriam cerca de trinta anos (um escalão etário já significativamente reduzido pela mortalidade natural e pelas guerras).

gem), instituição que, portanto, através do recurso a uma solução baseada na endogamia, torneia uma situação de bloqueamento de facto dos sistemas matrimonial e sucessório. De facto, na situação acima, Dionísio tem um filho que lhe vai suceder e não é certo que o epiclerato tenha, como em Atenas na mesma época, força de lei. De qualquer modo as leis da sociedade civil não se aplicam às instituições do poder, por maioria de razão quando se trata de situações, como as dos tiranos, que não têm cobertura constitucional. Mas é preciso ter presente que o epiclerato tem a sua origem nos costumes da aristocracia dos tempos arcaicos que é o código a que os tiranos tinham o hábito de recorrer para a legitimação do seu poder. Casar as filhas no interior da sua própria casa teria sido para Dionísio o modo de neutralizar possibilidades de poder vir a escapar no futuro ao seu próprio círculo restrito.

Por fim, o casamento entre Polizelo e a sua cunhada Demarata poderá exemplificar uma situação próxima da acabada de referir com neutralização de eventuais soluções fora da casa dos Dinoménidas. A solução escolhida por Gélon de legar a sua viúva a um dos seus irmãos corresponde também a um costume dos meios aristocráticos nos tempos arcaicos (o qual tem um paralelo na instituição hebraica do levirato, que dispõe que o irmão de um homem morto sem descendência deve casar com a sua viúva), traduzindo a participação da esposa num direito que ela não pode exercer diretamente, neste caso a soberania, como está bem patente no exemplo conhecido de Penélope, em que cada um dos pretendentes a corteja com o objetivo de tomar o poder em Ítaca¹⁰. No caso concreto de Demarata trata-se de uma solução que, a ter sido desejada, não é atingida, pelo menos plenamente, na medida em que quem sucede a Gélon é Híeron, mas o objetivo daquele poderá ter sido o de proteger futuros direitos do seu filho menor, o qual precisamente é entregue à tutela de Polizelo¹¹.

O desentendimento de Polizelo com Híeron, a ter sido verídico o desejo expresso de Gélon de que fosse o seu filho a suceder-lhe, uma vez atingida a maioridade, é um indicador significativo de que o novo tirano não tencionava abdicar dessa posição de poder. Aliás, segundo Diodoro, Híeron começou a recrutar mercenários¹² no ano anterior ao

¹⁰ Vernant (1974) 78-81.

¹¹ Não é completamente pacífico que Gélon tenha preferido Híeron a Polizelo na sucessão da tirania em Siracusa, conforme discutido em Luraghi (1994) 321-334.

¹² D.S. 11.48.3-8.

da crise com o objetivo de reforçar o seu poder e terá igualmente procurado afastar Polizelo de Siracusa numa expedição militar ao sul de Itália¹³, o que terá constituído a causa imediata do afastamento deste para junto de Téron. Este afastamento e a atitude de proteção de Téron tiveram, por outro lado, contornos mais complexos, pois foram acompanhados de uma tentativa de aliança de cidadãos de Hímera com Híeron contra Trasideu, filho de Téron, que detinha o poder nesta cidade¹⁴.

A crise acabou por ter uma solução pacífica, com Híeron a denunciar os cidadãos de Hímera, a reconciliar-se com Téron, que fez ato de submissão dando àquele como esposa a filha do seu irmão Xenócrates, e a chegar a um entendimento com Polizelo¹⁵.

Resolvida a crise, Híeron teve ocasião de experimentar novas soluções para o sistema de poder dinoménida ou pelo menos uma nova combinação de elementos desse sistema. O sistema de vice-tiranos adotado por Hipócrates não teria dado os resultados esperados e Zancle e sobretudo Camarina disso poderão ter sido a prova. As dificuldades encontradas por Gélon nesta última pólis, primeiro para transferir a fidelidade pessoal dos cidadãos a Hipócrates para si próprio, depois para impor Glauco como vice-tirano, deverão tê-lo convencido a procurar soluções distintas. Siracusa poderá ter sido precisamente a experiência que lhe faltava para sentir que tinha plenamente razão. Concentrando populações de origens diversas em Siracusa, onde dispunha do apoio dos seus fiéis, e destruindo ou despovoando completamente Camarina, Eubeia e Mégara, o tirano testou um sistema de maior centralização e eliminou até certo ponto possíveis focos de oposição ao seu regime. Por outro lado, esse sistema centralizado deu-lhe a força suficiente a nível de toda a ilha e mesmo da área do estreito de Messina, para evitar soluções em que teria que recorrer a governantes da sua escolha que inevitavelmente

¹³ Esta terá sido a segunda intervenção de Híeron no sul de Itália.

¹⁴ Ver detalhes em Luraghi (1994) 328-329.

¹⁵ A única fonte literária que faz referência a Polizelo após a solução da crise é Diodoro, que refere que Híeron o teria reintegrado no precedente favor (D.S. 11.48.8). Sobre o significado deste acordo admite-se que Polizelo terá assumido (ou mantido?) o domínio político em Gela em contrapartida da renúncia à tutela do filho de Gélon. Estas ilações são tiradas da análise de um documento arqueológico, a dedicatória de uma vitória pítica (ou 478 ou 474 a.C.) em princípio de Polizelo, que era constituída por uma quadriga em bronze cujas rédeas eram puxadas pelo célebre auriga de Delfos (ver Luraghi (1994) 330-332).

iriam afrontar populações que lhes seriam hostis. Assim, e após Hímera, quando a situação lhe teria permitido soluções mais agressivas, limitou-se a manter os tiranos de Agrigento e Messina/Régionos seus lugares, afirmando eventualmente a sua hegemonia através do sistema de alianças matrimoniais (o casamento de Híeron com a filha de Anaxilas poderá ter-se verificado não no momento acima referido, já com Híeron tirano de Siracusa, mas logo a seguir à batalha de Hímera).

Híeron terá aprendido com a experiência do irmão e uma das suas primeiras preocupações (476 ou 475 a.C.) foi reforçar o seu poder no centro recrutando mercenários¹⁶. Mais ou menos na mesma altura reforçou o seu poder na periferia, fundando Etna (ou, melhor, refundando Cátana com o nome de Etna), tendo previamente deportado as populações de Cátana e de Naxos para Leôncio, cidade que foi igualmente refundada com tais populações. Etna foi fundada com cinco mil peloponésios¹⁷, provavelmente mercenários e arcádios, e cinco mil siracusanos (segundo algumas indicações estes teriam incluído gelanos e megarenses, que se teriam assim visto deslocados pela segunda vez em menos de dez anos). Híeron terá assim combinado a «receita» de Hipócrates (refundação de Camarina) com a de Gélon (sinecismo/refundação de Siracusa), o que lhe permitiu a criação de laços de fidelidade pessoal da parte de populações inteiras e não apenas de um tirano.

Os desígnios práticos, em termos de domínio político-militar direto, que Híeron prosseguiu com a fundação de Etna, são por outro lado complementados com os ambiciosos objetivos de natureza ideológica relacionados com a mesma fundação. As cerimónias de solene coroação do seu filho Dinómenes e de consagração de Etna – que Luraghi hesita em considerar históricas, dado resultarem dos estudos sobre Píndaro e, em menor medida, sobre Baquilides e Ésquilo¹⁸ – constituem provavelmente o ponto mais alto de produção ideológica dos Dinoméidas e de que se não têm outros exemplos, no mundo grego, anteriores à idade helenística.

Essas cerimónias, que terão tido lugar somente seis anos após a fundação da cidade, provavelmente porque houve que reconstruir

¹⁶ D.S. 11.48.3-8. A contratação e as condições de utilização de mercenários por Gélon é referida em Carmo (2013) 120:121.

¹⁷ D.S. 11.49.1-2.

¹⁸ Luraghi (1994) 341-344.

o casario da cidade¹⁹, foram a ocasião hipotética para Píndaro apresentar a sua Pítica I e para se representar «As Mulheres de Etna» (*Ait-naiai*), tragédia (de que apenas se conservam fragmentos) escrita por Ésquilo, que, para o efeito, se deslocou à Sicília. Luraghi, que considera que esta tragédia devia constituir a consagração do império de Híeron, refere que «o único fragmento significativo de «As Mulheres de Etna» traduz uma interpretação grega do culto indígena dos Palicos, cujo santuário se encontrava no território de Leôncio». E ainda que «a integração das divindades indígenas no Panteão grego não constitui, com toda a probabilidade, sinal de comportamento aberto e positivo no respeitante aos Sículos, dos quais de resto não se encontram vestígios na política de Híeron, mas antes do desejo de legitimar a presença grega no território com um apelo artificial a uma continuidade ritual», sendo provável que «a grecização dos Palicos seja entendida em função de uma grecização total do território». O que poderia significar que a (re)fundação de Etna/Cátana, interpretada a partir dos poucos fragmentos existentes da tragédia e dominada por uma contínua transposição entre lenda e realidade contemporânea, se revela como uma síntese da história antecedente, tanto sícula como calcídica, com Siracusa a fazer suas as tradições coloniais euboicas e Híeron a assumir o processo de aculturação do mundo indígena. A tragédia pretendia, nas intenções de Híeron, consagrar o seu império, constituído por Etna, Leôncio e Siracusa (observando-se a ausência de Gela, o que parece confirmar, nesse período já tardio, o seu domínio por Polizelo)²⁰.

A refundação de Etna, por outro lado, com recurso ao direito colonial grego e interpretada no quadro das leis dóricas cantadas por Píndaro, traduz uma contradição flagrante quando se comparam o estatuto real da metrópole, Siracusa, de instituições não monárquicas, e o pretendido para a sua nova colónia, objeto de comparações com Esparta (Pítica I), cidade onde vigoravam instituições régias. Fazer de

¹⁹ Uma erupção do Etna terá tido lugar em 476 a.C. e terá, com grande probabilidade (Luraghi (1994) 339-340), antecedido a fundação da própria cidade. Também um culto ligado ao monte, o de Zeus Etheio, terá sido criado no início do século V a.C., eventualmente pelo próprio Híeron, e ter-se-á tornado no culto principal da nova cidade. Relações de causalidade entre a erupção e a criação do culto e a localização escolhida para a cidade a fundar serão conseqüentemente fáceis objetos de especulação.

²⁰ Luraghi (1994) 343-344 e 347, Schade (2013) 32-34 e Braccisi et Millino (2000) 84-87.

facto cantar o estatuto régio do filho Dinómenes numa cidade por si fundada equivale para Híeron a tentar transportar o poder tirânico para um quadro de legitimidade que claramente não era o seu, e a representar esse poder como sendo uma instituição²¹. As sugestões comparativas entre a tirania siracusana e as instituições régias prosseguem aliás com as ofertas votivas em ouro ao santuário de Delfos (e que são retomadas por Híeron após as acima referidas por Gélon) e as referências dos poetas de epinícios (Pítica I e Epinício III de Baquí-lides) aos reis lídios.

De qualquer modo, o respeito formal pelas instituições cívicas é uma constante por parte dos tiranos, nomeadamente nas dedicatórias aos santuários, em que as fórmulas utilizadas referem como dedicadores os próprios cidadãos e em que o nome do tirano, quando muito, figura ao lado daqueles mas sem qualquer título.

A supremacia siracusana sobre a Sicília e sobre o estreito de Messina havia ainda de alastrar com Híeron ao Tirreno meridional e à península itálica com a intervenção do tirano a pedido de Cumas, que se encontrava sob pressão etrusca²². Esta intervenção, datada habitualmente de 474 a.C. e que teve sem dúvida objetivos mais abrangentes e menos episódicos do que as precedentes intervenções na península, constituiu uma afirmação do poder naval siracusano face ao etrusco. De facto, as frotas siracusana e cumana coligadas infligiram uma pesada derrota à frota inimiga nas águas do atual golfo de Nápoles, determinando praticamente o fim do poderio naval etrusco. Não são conhecidos os objetivos exatos de Híeron com esta expedição, mas os dados arqueológicos dão conta²³ de uma extensão à área da Campânia, durante os anos setenta, dos circuitos comerciais gregos até então prevalecentes na Sicília meridional e oriental e na área de Lócride, enquanto a influência comercial etrusca se terá transferido progressivamente para o Adriático. Por outro lado, a instalação de um forte em Pitecusa e a intervenção siracusana na fundação de Neápolis, não permitindo só por si inferir a intenção de uma nova iniciativa

²¹ Luraghi (1994) 358-360.

²² Híeron já havia intervindo no sul de Itália primeiro em socorro de Lócride e contra Anaxilas, conforme já referido, e posteriormente enviando ajuda a Síbaris que se encontrava ameaçada por Crotona (ver, a este respeito, Braccesi et Millino (2000) 84). É no contexto desta última intervenção, sobre a qual existem divergências nas fontes, que se deu o desentendimento entre Híeron e Polizelo acima referido.

²³ Luraghi (1994) 352-353.

colonial, dão contudo indicações nesse sentido que contudo não se chegaram a concretizar.

Este sucesso militar, por outro lado, não deixaria de ser aproveitado por Híeron para reforçar a propaganda de legitimação do seu poder, nomeadamente através, por um lado, de uma oferta aos santuários pan-helénicos (parte do produto do saque da batalha de Cumas, em particular dois elmos de bronze etruscos com dedicatórias de Híeron) e, por outro lado, do aproveitamento do motivo dos triunfos hípicas nas odes encomendadas aos poetas de epinícios. O tirano, após uma vitória esmagadora sobre o bárbaro (os etruscos), poderá gabar-se de feitos semelhantes aos de Gélon face aos cartagineses e de Temístocles contra os persas.

De entre as sete odes triunfais²⁴ encomendadas por Híeron a Píndaro e Baquilides, a Olímpica I de Píndaro destaca-se por se encontrar no centro de uma série de acontecimentos que marcaram decisivamente o período de poder do tirano. 476 a.C., o ano em que Híeron vence a corrida de cavalos em Olímpia e em que Píndaro vem à Sicília cantar essa vitória, é também o momento em que a crise dinástica em que esteve envolvido com o seu irmão Polizelo se resolve com a submissão deste e a cedência da filha de Xenócrates ao tirano de Siracusa. É ainda o ano das refundações de Leôncio e de Cátana, que permitem a Híeron a reivindicação do estatuto de *oikista*²⁵. Para atingir o cume da glória só faltará ao tirano a sua vitória de dois anos depois nas águas tirrénicas e um triunfo olímpico na modalidade das corridas de quadrigas.

O objetivo de Híeron com a participação nas competições pan-helénicas não parece deixar dúvidas. Mas fazer o seu encómio requer do

²⁴ As sete vitórias de Híeron nas competições pan-helénicas começaram quando ainda estava estabelecido em Gela (Jogos Píticos de 482 e 478 a.C. nas corridas de cavalos) e continuaram (já tirano em Siracusa) em 476 e 472 a.C. (em Olímpia, ainda nas corridas de cavalos). A primeira vitória nas corridas de quadrigas (celebrada por Píndaro na Pítica II) só foi conseguida (provavelmente em 477 ou 476 a.C.) numa competição menor (Tebas?). As grandes vitórias nas quadrigas ocorreram em 470 (Delfos) e 468 a.C. (Olímpia). Sobre os epinícios relativos a estas vitórias, ver Cingano (1991) e Most (1985) apud Luraghi (1994) 355 n. 351; Most considera que a segunda pítica corresponde à competição vencida em 477 a.C. – constituindo assim a primeira ode dedicada a Híeron por Píndaro – diversamente da tendência geral que a situa em 468 a.C..

²⁵ Como já havia sucedido com Hipócrates, Anaxilas e Gélon: Carmo (2013) 114, 118 e 120-122.

poeta que contrata – Píndaro ou Baquílides – ter em consideração não só o desejo de glória do tirano e o ensejo legitimatório que lhe está associado, mas também a natureza dos públicos a que se destinam as suas odes, assim como o contexto político do momento. O poeta, por outro lado, tem o problema de escolher o meio que lhe irá permitir fazer o elogio do vencedor e, ao mesmo tempo, refrear eventuais deslizes no sentido da arrogância. Será a utilização paradigmática do mito que normalmente conduzirá a tais objetivos.

Tomando como exemplo a referida Olímpica I, notar-se-á que é com uma tal dificuldade de escolha que o poeta se teria deparado quando confrontado com a encomenda de Híeron relativa à vitória em Olímpia em 476 a.C., mas acaba por optar pelo mito relativo a Pélops, vencedor mítico da primeira corrida de quadrigas em Olímpia. Com essa escolha, o poeta faz mais do que elogiar o vencedor da corrida de cavalos, está a qualificá-lo como futuro vencedor de uma competição mais prestigiosa²⁶. No mito, vencer a corrida de quadrigas vai permitir a Pélops conquistar a mão de Hipodamia²⁷, a filha do rei de Pisa, Enómao, a corrida sendo disputada contra o próprio rei. Pélops, de cujo nome vem a designação da península grega em que se encontra Olímpia, o Peloponeso, ao desejar o laço matrimonial com Hipodamia, que no pensamento mítico é sagrado, pretende de facto terra, poder. O paralelo não é perfeito, dado que no jogo político real, conforme visto acima, Híeron já havia obtido, ou estava em vias de obter, através dos seus casamentos com as filhas de Anaxilas e de Xenócrates, a aliança/submissão destes. Por outro lado, de terra, poder, riqueza, já o tirano dispunha igualmente. Mas alardear uma tal situação é também o que se pretende com a ode.

Híeron, «ele que detém o cetro da justiça na Sicília de muitos rebanhos, colhendo os píncaros de todas as virtudes²⁸», pretende ver o

²⁶ É por isso que a escolha de Pélops, vencedor mítico da primeira corrida de quadrigas em Olímpia, não é inadequada, entrando neste ponto um elemento adicional que é a ambição de Híeron de ganhar 4 anos mais tarde, também em Olímpia, a corrida de quadrigas, sendo esta a interpretação que surge em Griffith (2002) 1.

²⁷ Hipodamia é um nome relacionado com cavalos. Significa quer domadora de cavalos quer aquela que é submetida ao cavalo, o verbo grego correspondente tendo duas aceções: *casar, domar* (Jeu (1986) 67).

²⁸ Pi. O. 1.12-13, conforme tradução em Silva (2006) 15. Luraghi (1994) 355-356 identifica uma série de ocasiões em que Píndaro e Baquílides atribuem ao tirano títulos no domínio da realeza, sendo o seu atributo mais mencionado o cetro (atributo reservado aos reis, míticos ou históricos, ou aos deuses). Arcesilau IV, rei de Cirene, terá sido o único personagem histórico para quem Píndaro utilizou ter-

seu poder, as suas vitórias, equiparadas ao de um herói mítico²⁹. A dificuldade do herói em vencer a corrida contra Enómao está em que o opositor dispõe de um carro de características mágicas com cavalos alados que já lhe permitiram vencer e matar treze pretendentes³⁰. Mas também Híeron joga um jogo perigoso, o jogo da política, e sabe que as vitórias hípcas e o seu canto através do génio do poeta tra-

minologia semelhante. Assim, diante de Siracusa e das comunidades gregas em geral, Híeron faz-se aclamar explicitamente como um rei, o que conduz Luraghi a interrogar-se sobre se o tirano apenas aspirasse a ser considerado um rei legítimo ou se o fosse de facto (sobre a discussão deste assunto ver Luraghi (1994) 356, n. 362 e 363).

²⁹ A Olímpica I «afirma-se ... como um hino à glória ... imagem ... do brilho e fulgor que definem a excelência» e prefigura-se como «a afirmação de uma ideia condutora, aquela que articula um padrão universal de mérito com Olímpia e com os exemplos paradigmáticos de [Híeron] e Pélops, protagonistas superiores de quadros de vitória» (Silva (2006) 13).

³⁰ A descrição por Píndaro do mito prossegue na Olímpica I de modo diferente do que era usual (nas versões mais correntes Pélops vence a corrida e mata Enómao recorrendo à batota, obtendo para isso a ajuda do cocheiro do rei que sabotava o carro em troca de uma recompensa; além disso, uma vez efetuado o casamento e obtido o reino, trai o seu aliado, não lhe dando o prometido e matando-o), com o poeta a procurar uma solução não imoral para a vitória de Pélops. Para isso, este procura obter o favor dos deuses recorrendo a Posídon (invocando o relacionamento erótico tido outrora com o deus: Pi. O. 1.40-46), deus da água e também dos cavalos, situação que tem sido interpretada (por exemplo, em Griffith (1989) 171) como inspirada pelo recurso de Aquiles a Tétis (Hom. *Il.* 1.349-427) para obter uma armadura com poderes mágicos. Pélops pede a Posídon uma quadrígia divina e uma intervenção restritiva sobre a capacidade guerreira de Enómao (Pi. O. 1.75-85) de modo a que a desvantagem que tem relativamente a este possa ser anulada. Satisfeito o pedido, Pélops vence Enómao e casa com Hipodamia que lhe dá seis filhos, todos eles destinados a feitos de grande valor (Pi. O. 1.88-90). Píndaro, para explicar o relacionamento erótico de Pélops com Posídon, vê-se obrigado a assumir que a sua versão do que sucedeu quando Tântalo (o pai de Pélops) convidou os deuses para um banquete (Pi. O. 1.36-45) é diferente das histórias mais correntes. Nestas (Griffith (2002)), Pélops é abatido pelo pai e servido como jantar aos deuses, que no entanto se apercebem do sucedido e recusam comer. Só Deméter, preocupada com o rapto recente da sua filha Core por Hades, se distrai e come um pedaço do ombro de Pélops. Os deuses então devolvem a vida a Pélops e Deméter substitui o pedaço em falta por um ombro em marfim, um dos materiais preferidos pelos seres divinos. Píndaro não aceita tais histórias como verídicas (não é possível que um deus seja um canibal) e explica o desaparecimento de Pélops na altura do banquete por um rapto cometido por Posídon, dele enamorado devido ao ombro de marfim (que seria de nascença). O relacionamento erótico anteciparia assim o que viria a suceder entre Ganimedes e Zeus (Pi. O. 1.25-26, 38-45 e 49-53).

rão legitimidade ao seu poder. Píndaro, evocando a vitória de Pélops através do apoio divino, estabelece o paradigma que servirá a Híeron para seguir as suas pisadas, no passado próximo, em Olímpia, com Ferénico (o cavalo de Híeron) a correr paralelamente ao Alfeu (o rio que passa por Olímpia) e a levar a vitória para Siracusa³¹. No futuro, o tirano há-de fazer o pleno em termos de repetir a proeza de Pélops, vencendo, também em Olímpia, a corrida de quadrigas. Dando atenção à semelhança estrutural entre as diferentes histórias, entre os diferentes mitos evocados na Olímpica I, o mais significativo no presente contexto de política ideológica tirânica será provavelmente o paralelo entre o favor divino concedido a Pélops e o que se pretende para Híeron, tanto em termos de conquista da vitória na corrida de quadrigas, conforme já referido, como num âmbito mais vasto de sucesso político.

No que respeita a mensagens de natureza moderadora visando eventuais excessos relativos aos méritos e à glória do vencedor, elas surgem no final da Olímpica I quando Píndaro refreia entusiasmos, prevenindo que os pontos mais altos estão reservados aos reis. E que não deve tentar-se ir além de tais limites³².

Vimos que cerca de 480 a.C., após a batalha de Hímera, a Sicília se encontrou dividida em quatro blocos políticos: o cartaginês, situado no canto ocidental da ilha; os Dinoménidas de Siracusa, que controlavam Naxos, Leôncio, Cátana e Camarina; os Eménidas de Agrigento, esta-

³¹ Pi. O. 1.17-24. Alfeu era o deus sob a forma de rio que correu por baixo do mar para reencontrar a sua amada, a ninfa Aretusa (metamorfoseada em fonte), que lhe havia escapado para Ortígia, ilha de Siracusa. Observe-se o jogo de ideias, o paralelismo da corrida de Ferénico e do rio, entre Olímpia e os destinos em Siracusa (a vitória para o tirano e a ninfa para Alfeu).

³² Pi. O. 1.113-115. A existência de uma segunda ode relativa à vitória de Híeron em Olímpia em 476 a.C. – o Epinício V de Baquilides – poderá justificar-se pelo desejo de efetuar celebrações em locais diferentes e perante públicos distintos (Antoniono et Cesca (2011) 320-321). Nesta ode – que conta as sortes funestas de Meleagro e de Hércules causadas respetivamente pela sua mãe e pela sua esposa – Baquilides apresenta como tema principal a precariedade que marca a existência do homem, presa dos caprichos do destino. Antoniono et Cesca parecem contudo hesitar entre uma interpretação em que o poeta se assume como porta-voz da tirania (a qual reclamaria um poder absoluto apoiado pelo povo e em detrimento dos clãs aristocráticos) e uma outra em que procura desencorajar os sonhos de grandeza do tirano colocando em evidência a pujança do *genos*, força destruidora e letal (Antoniono et Cesca (2011) 337-338).

belecidos em Gela e Hímera; e os Anaxíladas de Régio, que exerciam domínio sobre Zancle-Messina. À implantação calcídica, que havia precedentemente privilegiado aspetos estratégicos relacionados com o controlo do estreito de Messina, tinha-se contraposto a colonização dórica, mais centrada na exploração agrícola e revelando uma maior agressividade face aos precedentes habitantes, que se veem obrigados a recuar para o interior da ilha. O facto de uma pólis siciliana ter origem colonial ter-lhe-á dado uma nova dimensão relativamente a cidades do Continente, derivada da respetiva fundação, interpretada como ato purificador de uma grave transgressão. Também os tiranos, com um poder constituído ao arpeio das instituições cívicas, eventualmente com efusão de sangue, praticaram transgressões e veem-se confrontados com a necessidade de justificar, legitimar esse poder, que reforçaram ou pretendem ampliar³³.

Com Hipócrates, a colonização dórica dá lugar a uma política imperialista e a cidade de Gela inicia um processo de expansão territorial que se faz à custa de outras cidades gregas, conceito algo estranho ao mundo grego da época. Introdução recente da moeda e disponibilidade de mercenários, resultante sobretudo do êxodo de populações gregas como consequência da conquista persa da Ásia Menor, são por outro lado fatores que poderão ajudar a explicar o sucesso de uma tal rutura. É uma política que prossegue com Gélon, o tirano que sucede a Hipócrates e que se estabelece de modo duradouro em Siracusa. Paralelamente afirmam-se outros tiranos, Téron em Agrigento e Anaxilas em Régio-Messina, estabelecendo rivalidades cujo ponto crítico é atingido com a derrota infligida aos cartagineses em Hímera e que simboliza a hegemonia siracusana. Entre os meios repetidamente utilizados pelos tiranos para reforçar o seu poder estão o aumento do seu prestígio através das vitórias militares e a obtenção do estatuto de *oikista* com a refundação de cidades que repovoam com mercenários³⁴.

Com a morte de Gélon em 478 a.C. é o seu irmão Híeron que lhe sucede na tirania de Siracusa, beneficiando então de um contexto mais estabilizado. As regras de sucessão dinástica terão constituído elemento importante no conflito que o opõe ao seu irmão Polizelo e que se resolve, por um lado, com a menorização política que a este e aos interesses que defendia é imposta, e por outro com a reconci-

³³ Carmo (2012) 153-156.

³⁴ Carmo (2013) 111-118 e 120-121.

liação com Téron, que é conduzido a um ato de submissão através da cedência da filha do seu irmão Xenócrates como esposa. Híeron terá aprendido com a experiência do seu irmão, tendo optado por um sistema de hegemonia em que reforçava o seu poder no centro através do recrutamento de mercenários e da integração nesse centro da anterior periferia constituída por Cátana, Naxos e Leôncio. Relativamente a outros centros de poder – Agrigento e Messina/Régio – recorre a uma política de alianças entre casas tirânicas através precisamente de casamentos em que a parte mais fraca dá uma filha como sinal de submissão ou de inferioridade. A reformulação do seu poder no centro terá assumido aspetos algo complexos, com a concentração de populações de origens diversas em Siracusa, a refundação de Leôncio com populações deportadas de Cátana e Naxos e a refundação de Cátana com o nome de Etna, que contou com a incorporação na cidadania de peloponésios e siracusanos. A supremacia siracusana na Sicília, já ampliada com o controlo do estreito de Messina, ia ainda ser estendida ao Tirreno meridional e à península itálica, nomeadamente através da pesada derrota infligida aos etruscos ao largo de Cumas – que havia de proporcionar a Híeron poder apresentar-se como herói e defensor dos gregos contra o bárbaro invasor – e da extensão da sua influência na área de Lócride. A propaganda de Híeron relativa às suas vitórias militares – também prosseguida com ofertas aos santuários pan-helénicos, em que o respeito pelas instituições cívicas é afirmado através das dedicatórias, em que as fórmulas utilizadas referem como dedicadores os próprios cidadãos – haveria de ser complementada com o recurso ao canto dos autores de epinícios que celebram as suas vitórias hípicas, obtidas com frequência nos jogos pan-helénicos. Esse respeito pelas instituições cívicas terá contudo sido algo contraditado com o tom assumido por algumas celebrações de vitórias em poemas que procuram assimilar o poder tirânico a instituições régias.

Bibliografia

- M.E. Antoniono et O. Cesca (2011), «Sangue che uccide. Il committente, il pubblico e il poeta nell'Epinicio V di Bacchilide», *Annali Online Lettere – Ferrara*, Vol. 1-2, 319-341.
- L. Braccesi et G. Millino (2000), *La Sicilia Greca*, Roma, Carocci editore (repr. 2006).

- F. Carmo (2012), «As Tiránias Sicilianas do Início do Século V a.C.. Aspectos Ideológicos do Poder. Parte I – A colonização grega da Sicília», *Cadmo* 22, 145-159.
- ____ (2013), «As Tiránias Sicilianas do Início do Século V a.C.. Aspectos Ideológicos do Poder. Parte II – A rutura do final do período arcaico e a intervenção cartaginesa», *Cadmo* 23, 109-132.
- E. Cingano (1991), «L'epinicio 4 di Bacchilide e la data della Pitica 3 di Pindaro», *QUCC* LXVIII, 97-104.
- L. Febvre (1954), *Hommage à Lucien Febvre*, Paris, Armand Colin.
- L. Gernet (1982), *Droit et Institutions en Grèce Antique*, Paris, Flammarion.
- R.D. Griffith (1989), «Pelops and Sicily: The Myth of Pindar, Ol. 1», *JHS* 109, 171-173.
- ____ (2002), *Greek Religion*, in <http://post.queensu.ca/~gunsinge/ClassicsHome/clst203/lecture9.htm> [2015/05/26].
- B. Jeu (1986), «Sports Poetry in Antiquity: Pindar's First Olympian Ode», in *International Olympic Academy, Report of the Twenty-Sixth Session 3rd-18th July 1986. Ancient Olympia*, Lausanne, The International Olympic Committee, 65-69, (<http://www.ioa.org.gr/uploads/Young%20Participants%201986~37966-600-2%281%29.pdf>) [2015/06/01].
- N. Luraghi (1994), *Tirannidi Archaiche in Sicilia e Magna Grecia: da Panezio di Leontini alla caduta dei Dinomenidi*, Firenze, Leo S. Olschki Editore.
- G. Maddoli (1980), «Il VI e il V secolo a.C.», in E. Gabba et G. Vallet (eds.), *La Sicilia antica* II, 1, Napoli, 1-102.
- G.W. Most (1985), *The Measures of Praise: Structure and Function in Pindar's Second Pythian and Seventh Nemean Odes*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- F. Sartori (1992), «Agrigento, Gela e Siracusa: Tre Tirannidi contro il Barbaro», in L. Braccesi et E. De Miro, eds. *Agrigento e la Sicilia Greca: Atti della settimana di studio, Agrigento 2-8 maggio*, Roma, L'Erma, 77-93.
- G. Schade (2013), «Sicily's place in Greek poetry», *Eos* 100, 13-37.
- M.F. Silva (2006), «O brilho do ouro e o fulgor da glória: *Olímpica I*», in F. Lourenço, ed. *Ensaio sobre Píndaro*, Lisboa, Cotovia, 13-33.
- G. Vallet (1980), «Note sur la 'maison' des Deinomérides», *Studi Manni*, 2141-2156.
- R. Van Compernelle (1959), *Étude de chronologie et d'historiographie siciliotes*, Bruxelles-Rome, Institut Historique Belge de Rome.
- R. Van Compernelle (1992), «La Signoria di Terone», in L. Braccesi et E. De Miro, eds. *Agrigento e la Sicilia Greca: Atti della settimana di studio, Agrigento 2-8 maggio*, Roma, L'Erma, 61-75.
- J.-P. Vernant (1973), «Le mariage en Grèce ancienne», *La Parola del Passato* 28, 51-74.
- ____ (1974), *Mythe & Société en Grèce Ancienne*, Paris, François Maspero.

Editor Principal:
Nuno Simões Rodrigues

Editores Adjuntos:
Amílcar Guerra
Luís Manuel de Araújo

Assistentes de Edição:
Catarina Almeida
Eduardo Ferreira
Maria Fernandes
Martim Aires Horta
Tiago de Oliveira Alves

Redacção:
Amílcar Guerra
António Joaquim Ramos dos Santos
Cláudia Teixeira
José Candeias das Sales
Luís Manuel de Araújo
Maria Ana Valdez
Maria de Lurdes Palma
Nuno Simões Rodrigues
Ricardo Tavares
Rogério Sousa
Telo Ferreira Canhão

Comissão Científica:
Antonio Loprieno
Eva Cantarella
Francolino Gonçalves
Giulia Sissa
John J. Collins
José Augusto Ramos
José Manuel Roldán Hervás
José Ribeiro Ferreira
Josep Padró
Judith P. Hallett
Juan Pablo Vita
Julio Trebolle
Ken Dowden
Lloyd Llewellyn-Jones
Maria Cristina de Sousa Pimentel
Maria de Fátima Sousa e Silva
Monica Silveira Cyrino

2015



LISBOA

Centro
de História

Α Β Γ Δ Ε Ζ Η Θ Ι Κ Λ Μ Ν Ξ Ο Π Ρ Σ Τ Υ Φ Χ Ψ Ω

תורה נביאים וכתובים ספר ד

FACTVRVSNE OPERAE PRETIVM